



4808 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT20 - Psicologia da Educação

AS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA  
Eliete Zanelato - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERÓ; CAPES

### AS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO ACERCA DA MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA

Agência financiadora: FAPERÓ/CAPES

#### RESUMO

Nos últimos anos foi ampliada a quantidade de escolas que adotaram o modelo dos colégios militares como via de redução do índice de violência; em Rondônia, cinco escolas públicas estaduais se tornaram militarizadas em 2017. Nesse cenário encontram-se os jovens e adolescentes, estudantes do Ensino Médio, que vivenciam o processo de implantação da militarização da escola; analisar as percepções desses estudantes acerca de tal processo é o objetivo proposto no presente trabalho. A base que dá sustentação à análise é a psicologia histórico-cultural e a coleta/produção de dados foi realizada em uma das escolas militarizadas. O problema que se coloca é: Quais as modificações na escola a partir da militarização, na percepção dos estudantes? O que elas representam para tais sujeitos? A aprovação e os elogios à adoção do modelo militar na escola foram predominantes nas suas falas, a sensação de satisfação pela mudança da avaliação social da escola perante a comunidade foi um dos impulsionadores de tal percepção. As percepções dos estudantes indicam que militarizar uma escola pública é sinônimo de classificar o público atendido por ela.

**Palavras-chave:** Percepções. Estudantes do Ensino Médio. Militarização.

#### INTRODUÇÃO

A conjuntura política atual do país levou a uma resignificação do militarismo e da figura do militar. As constantes notícias de violência e de corrupção, somadas a uma crise econômica, conduziram à produção de significações direcionadas à necessidade de uma intervenção no país. O desconhecimento ou esquecimento popular do contexto brasileiro durante o período em que predominou o regime militar e a busca por uma saída “fácil” da crise política e econômica, levaram muitas pessoas a pedir a volta dos militares no governo.

Nesse contexto, o militar como a figura do provedor da ordem também foi sendo chamado para resolver os problemas dentro das escolas, expandiu sua atuação para o campo específico da educação, mesmo sem ter formação para isso. Em Rondônia, até 2013, existiam apenas dois colégios militares, o Colégio Tiradentes da Polícia Militar (CTPM I) que foi criado pelo Decreto nº 4.878, de 27/11/1990, e o CTPM II que foi criado pela Lei nº 3.161, de 27/08/2013, ambos em funcionamento até hoje e destinados ao atendimento prioritariamente dos dependentes legais dos militares estaduais.

Em 2017, seguindo a tendência nacional, cinco novos colégios foram criados com o mesmo nome e nos mesmos moldes (Decreto nº 21.968, de 22/05/2017; Decreto nº 21.977, de 23/05/2017; e Decreto nº 22.135, de 25/07/2017), porém com objetivo de ampliar o atendimento para a comunidade em geral. Essas unidades criadas foram todas em escolas públicas estaduais que possuíam altos índices de violência e baixos índices de aprovação em avaliações oficiais. As escolas estaduais foram transformadas em colégios militares, preconizando uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/RO) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, Defesa e Cidadania (SESDEC/RO), conforme previsto na Lei nº 4.058, de 15/05/17.

Um incentivo a essas parcerias foi ressaltado no início do ano com o Decreto nº 9.465, de 02/01/2019. Com ele ocorre a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, dentro da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Diante desse cenário de transformação de escolas públicas em militares sob a justificativa de redução da violência e melhoria no padrão de aprendizagem, é emergente compreender os reflexos desse processo na atividade de estudo dos jovens e adolescentes nela envolvidos.

Para tal, traçou-se como objetivo deste trabalho, analisar as percepções dos estudantes do Ensino Médio (EM) acerca

da militarização da escola que frequentam. A busca pelas falas dos estudantes se deu durante uma pesquisa de doutoramento. Em tal pesquisa, foram realizadas oficinas de debate com jovens e adolescentes, estudantes do EM de quatro escolas, sendo duas do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e duas de Rondônia (RO). As escolas foram sugestões das Secretarias Estaduais de Educação e, dentre elas, uma no estado de RO, passou pelo processo de militarização.

Na pesquisa de doutoramento, as buscas estavam relacionadas aos sentidos da atividade de estudo para esses estudantes e, na oficina realizada na escola militarizada, emergiram inúmeras falas acerca do processo de transformação da escola, principalmente dos estudantes que ali estavam há mais anos, o que nos remeteu ao estudo do presente trabalho. Serão utilizadas aqui apenas as partes da oficina que se referem ao processo de militarização da escola e os estudantes serão referenciados com números: estudante 1, estudante 2 e assim por diante, sempre no masculino tanto para estudantes quanto para professores, com o intuito de evitar quaisquer possibilidades de identificação.

A oficina foi realizada em um único dia, na última semana do mês de novembro de 2018, com duração de duas horas, foi gravada em áudio e posteriormente transcrita. A escolha dos participantes se deu pelo convite realizado diretamente na sala de aula e obteve dez voluntários, sendo: cinco participantes do 1º ano, três participantes do 2º ano e dois participantes do 3º ano; abrangeu representantes de quatro das seis salas de EM da escola. Outros estudantes demonstraram interesse na participação, mas recusaram por estarem participando de atividades avaliativas.

Como base de sustentação das análises, nos apoiamos na psicologia histórico-cultural. Para tal psicologia, a compreensão é de que as informações e objetos existem primeiro de maneira externa ao indivíduo e seu domínio se dá constantemente pelo processo de apropriação em que o que era externo (mundo objetivo) passa a ser interno, subjetivo, passa a compor o psiquismo do indivíduo e ser refletido em forma de pensamentos. Não é um processo mecânico, mas um reflexo consciente sustentado por experiências anteriores.

Os indivíduos desenvolvem atividades, como o jogo, o estudo, o trabalho, e elas são determinantes no processo de apropriações da realidade. É por meio da atividade do jogo que a criança compreende o mundo à sua volta; da mesma forma, na atividade de estudo as crianças, adolescentes e jovens se apropriam de conhecimentos mais complexos produzidos pelas gerações anteriores, assim como também se preparam para a atividade do trabalho.

Para Vygotski (1996), as apropriações possibilitam o desenvolvimento de funções psíquicas superiores, tais como: percepção, memória lógica, atenção voluntária, entre outras. São consideradas superiores devido à sua complexidade no desenvolvimento e por diferenciar os seres humanos das demais espécies, principalmente no que tange o planejamento de atividades e ações.

Para a psicologia histórico-cultural, as percepções são imagens subjetivas do mundo objetivo, são reflexos ou representações do mundo real e, por isso, são dependentes dos conhecimentos já apropriados, das experiências anteriores. Nesse sentido, elas estão condicionadas à prática social (SOKOLOV, 1961).

A percepção é o reflexo sensorial direto ocorrido na relação ativa entre a atividade objetiva e subjetiva, ela possibilita que se forme uma imagem tátil, visual e auditiva do objeto. Disso pode resultar maior independência nas formas de pensar o mundo, à medida que o pensamento não fica mais dependente de um contato direto com o mundo objetivo. As representações sensoriais interiorizadas são dialéticas e, à medida que o indivíduo se apropria de novos conhecimentos/conceitos, alteram-se seus conteúdos (LEONTIEV, 1978).

Para esses autores supracitados, o método científico para estudar elementos do psiquismo humano deve levar em consideração a práxis humana e suas relações sociais. Ao realizar suas atividades, o ser humano modifica o mundo objetivo que o cerca e modifica a si mesmo, modifica seu mundo subjetivo em um movimento dialético contínuo, uma vez que o mundo subjetivo também cria novas significações no mundo objetivo.

Com essa base de entendimento nos aproximamos dos estudantes que vivenciam diariamente a militarização da sua escola, visando ampliar a compreensão dessa proposta que vem se tornando uma forte política pública no Brasil, uma forma de redução do problema dos altos índices de violência e melhorar os níveis de aprendizagem, visto que muitas escolas militares tradicionais se destacaram em avaliações oficiais. É preciso compreender de que forma isso vem sendo feito, quais as modificações que ocorreram na escola, conforme a percepção desses jovens e adolescentes que com ela convivem e a ela atribuem seu futuro.

## **AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES**

No decorrer da oficina de debate realizada em uma escola militarizada de Rondônia, ao discorrer acerca de suas compreensões e sentidos produzidos sobre a atividade de estudo, os jovens e adolescentes, estudantes do Ensino Médio, se referiram a algumas modificações na escola que frequentam: estavam relacionadas aos professores, aos alunos e à organização geral.

Na visão deles, passou-se a cobrar mais dos professores. Eles citaram o caso de um professor que não explicava os conteúdos, não exigia um bom comportamento dos alunos em sala, deixava fazer uso do celular livremente e se utilizava também do aparelho por longos períodos durante as aulas.

Após muitas falas de reclamações desse professor, um estudante fez o relato de um bom trabalho desenvolvido pelo mesmo professor. Diante disso, o estudante 1 destacou: “essa diferença que teve em relação ao professor foi por causa da gestão da escola, depois que a escola se tornou militar, parece que o diretor deu um chega nele e ele começou a passar mais coisas e dar mais atenção para a gente, porque antes era completamente diferente”.

Ao serem questionados se perceberam a diferença também nas aulas de outros professores, eles citaram:

Tem alguns que não. (Estudante 2).

Acho que realmente eles começaram a ser cobrados. (Estudante 3).

Sim, eles são cobrados. O que muda na escola militar? Você tem militares e tem regras a mais que vão ser inseridas, igual o professor J fala, essa é a única diferença, a gente sabe que vai ser mais cobrado. A gente sabe que essa escola era a mais relaxada da cidade, mas eu estudei aqui um ano antes de se tornar militarizada, alguns professores falam a mesma coisa. Eles continuam com o mesmo tipo de ensino, independente da escola ser ruim ou boa, o professor vai fazer o trabalho dele. (Estudante 4).

O estudante 4 traz a concordância com a fala de um professor, de que a única diferença são os militares e as regras, se reportando à permanência da forma de trabalho do professor em sala de aula. Em uma conversa informal durante o intervalo das aulas, um professor comentou que pediu para ir trabalhar na escola porque gostou da proposta e se sentiu mais seguro. O mesmo professor disse que não existem interferências dos militares no trabalho em sala de aula.

Conforme consta no regimento da escola, a administração da escola fica a cargo da Polícia Militar (PM) e os professores permanecem sob responsabilidade da SEDUC. Os professores que já ministravam aulas na escola tiveram a escolha de permanecer ou pedir realocação para outras escolas, processo que é realizado todo início de ano.

Ainda sobre as alterações percebidas em relação aos professores, o estudante 5 destaca mudança nas aulas de educação física, diz que o professor começou a cobrar mais e que inclusive passou pela primeira vez trabalhos e provas. Outros estudantes o contrariam, afirmando que essa mudança foi apenas no primeiro bimestre e que o professor apresenta um número elevado de faltas. De acordo com o estudante 7, “tinha um trabalho que era para entregar no segundo bimestre, o professor não estava vindo, passou para o terceiro, já não vai ter mais o trabalho, está encerrando o ano”. Outros alunos concordam e confirmam que praticamente não fizeram nada nas aulas de educação física.

Ainda que militarizada, a escola permanece pública e com alguns problemas como já ocorria antes. O estudante 1 destacou sua frustração, segundo ele: “em matemática nós tivemos cinco professores diferentes, o conteúdo do ENEM nós praticamente não tivemos em matemática. Por outro lado, em português nós tivemos um apoio excelente e isso dá um certo conforto para gente”. A falta de professores e a falta de professores formados na área esteve presente nas falas dos alunos. Nesse quesito não houve mudanças significativas na escola, os problemas permanecem.

Pela fala dos estudantes, eles também possuem liberdade para fazer reclamações de professores junto à direção da escola, o que seria um reforço da informação de aumento da cobrança aos professores por parte dos militares que compõem a direção da escola. Acreditamos que caberia uma pesquisa mais aprofundada com os professores envolvidos nesse processo para compreender melhor os nexos que dinamizam essas mudanças.

A ampliação de cobranças se deu prioritariamente em relação aos alunos. No decorrer do debate um estudante disse que gostaria que todas as escolas fossem militarizadas para acabar com “aqueles alunos rebeldes”. Ao serem questionados se a escola possuía esses alunos, informaram que existiam muitos antes da militarização.

Por exemplo, tinha dois alunos que faziam karatê e tinha uma tal da gangue do boné, esses caras queriam ser os “barra pesada” da escola, até fumar maconha eles fumavam, inclusive caçaram brigas com um irmão desses e queriam bater de frente, acabaram apanhando, ficaram rivais, uns foram embora, outros queriam ameaçar. Tinha uns amigos meus que tinham faca, esses alunos não sei para onde foram, acho que para o centro socioeducativo de menores infratores. Depois disso fizeram um projeto para implantação de escola militarizada, essa escola foi escolhida porque viram que estava tendo essas “guanguezinhas aí”. E esses bonezinhos acho que só tem uns dois no máximo e nenhum acho que mexe mais com essas coisas de caçar briga e mudou tudo o regime. Acho que a única briga que teve aqui foi ano passado, foi a noite ainda. (Estudante 5).

Eu estudo aqui desde 2014, quando era integral, eu era muito errado, sempre ficava com a galera na escola, pessoal todo mundo “se pegando”. Aí depois eu fui para noite. De noite quando eu cheguei aqui eu até me assustei, porque quando chegava a hora do recreio a sala ficava escura, a galera desligava a luz no padrão que era lá fora, aí eles ficavam lá perto da grade fumando maconha, jogando pedra. (Estudante 9).

Os demais relatos concordam que existia um alto índice de violência na escola, somados a atos considerados impróprios em uma escola (atitudes luxuriosas) e uso de drogas. Essa foi a justificativa apresentada no Projeto de Lei nº 649/17, para a criação das cinco unidades do CTPM em Rondônia. A escola não está “a parte”, ela compõe e reflete a sociedade expondo problemas que vão além de seus muros. Da mesma forma, as percepções dos estudantes de que são errados determinados comportamentos na escola, foram construídas histórica e socialmente a partir da apropriação da cultura.

Não podemos compreender esses estudantes como um fenômeno isolado, mas que se constituem a partir de situações sociais concretas entre indivíduos. Ou seja, são indivíduos que vivem em conjunto, com uma lógica e uma história, construindo formas de organização e necessidades cada vez mais complexas. São jovens e adolescentes que estudam em escolas situadas em locais de vulnerabilidade social.

A condição de vulnerabilidade é comumente definida pela situação socioeconômica das famílias e pelos índices de violência da comunidade em que estão inseridos. De acordo com o mapa da violência, exposto em Waiselfisz (2016), Rondônia foi o 14º colocado em maiores índices de homicídios por arma de fogo, considerando a quantidade de homicídio por cada 100 mil habitantes, no ano de 2014. Ficou à frente do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 2015, a taxa de homicídio de Rondônia para cada 100 mil habitantes totalizava 33,9; se observada apenas a faixa etária entre 15-29 anos, totalizava 53,4. Nessa mesma faixa etária, ao considerar apenas os homens jovens, esse total sobe para 93,9. Dos 33,9 homicídios supracitados, 21,7 foram por arma de fogo (CERQUEIRA et al., 2017).

Rondônia é rota de tráfico internacional devido à sua fronteira com a Bolívia, além disso existe uma cultura ainda muito forte de “acerto de contas” na cidade e no campo. Os conflitos no campo com o Movimento Sem Terra (MST), Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e com os indígenas também são recorrentes. Com o MST e LCP devido aos latifúndios e com os indígenas devido às riquezas minerais presentes em suas terras. Os focos de violência nos municípios estão atrelados ao seu contexto histórico e social, conforme apresentado abaixo:

Municípios de Fronteira: municípios de pequeno e médio porte que, por sua localização estratégica em áreas de fronteira internacional, são rota de grandes organizações transnacionais de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas.

Municípios do Arco do Desmatamento Amazônico permeados por trabalho escravo, madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de comunidades indígenas locais, muitas vezes, em função de grandes empreendimentos agrícolas que demandam terras “desocupadas”, com o amparo de fortes interesses políticos e financeiros locais. (WaiselfiSZ, 2016, p. 40).

O estado de Rondônia possui ambos contextos acima expostos, o que intensifica a necessidade de uma política de segurança pública adequada e que atenda a necessidade da população, principalmente voltada à população jovem. Com base na expansão das escolas militarizadas, percebe-se que a opção foi por implantar tal política diretamente dentro das escolas.

O trabalho de prevenção e repreensão realizado pela polícia militar, na sociedade em geral, passa para dentro da escola, de maneira direta na cobrança de regras de comportamento dos alunos, impondo uma padronização. A gestão escolar que vinha sendo defendida como democrática, inclusive com eleição para diretores, sofre uma ruptura. No caso da escola pesquisada, a gestão escolar é composta hierarquicamente pelo diretor administrativo que é um militar e pelo vice-diretor/diretor pedagógico que é formado na área da educação.

Não nos cabe, nos limites deste estudo, uma análise de como funciona e quais os impactos dessa separação entre administrativo e pedagógico na gestão escolar, mas apenas lançar reflexões. Os aspectos pedagógicos, hierarquicamente, estarão sempre submetidos aos administrativos/militares que não possuem aprofundamento na área da educação, o que pode impedir uma compreensão mais ampla de educação e suas especificidades.

Um exemplo disso seria a naturalidade com que tratam a exclusão dos alunos que não se encaixam na padronização exigida. Ao levantar uma discussão sobre a permanência na escola, os estudantes apontaram que colégio militar é para quem consegue se adaptar.

Aqui uma vez que não se adapta é expulso. Quem não quer seguir regras, quem quer sair fora do padrão, ser do seu jeito e não ser do jeito militar da regra do que está sendo imposto aqui na escola... vaza. (Estudante 4).

O colega disse, é para quem quer e não para quem pode, não é só o fato de ele estar aqui na escola que quer dizer que ele vai querer ser policial ou querer ser uma boa pessoa, depende muito do jeito que ele é tratado na rua, do jeito que é tratado em casa. Muitas pessoas entram no mundo do crime pelo que ele é tratado em casa, as vezes não tem o que comer e fala “vou roubar porque ninguém me ajuda. Ninguém vai dar emprego assim, ah vou chegar lá e pedir emprego, dizer que eu preciso trabalhar, não, não tem curso, não tem nada. É uma questão de sociedade, não quer dizer que eu vivo no âmbito militar e eu vou ser militar. (Estudante 9).

Dessas falas emergem várias questões a serem analisadas. Por um lado, vemos a defesa da ampliação de colégios militares; por outro, vemos que nem todos se adaptam a esse sistema, ocorre um processo de exclusão dos que não se adaptam. A não adaptação a essa organização de escola vai além da capacidade de seguir ordens e manter uma disciplina militar, perpassa também a capacidade financeira das famílias. Dentre as exigências postas nas normas da escola estão os uniformes que devem ser completos e estar exatamente conforme o padrão estabelecido. Para os meninos se acrescentam os gastos com manutenção do corte de cabelo (a cada quinze dias) e barba diariamente.

São consideradas faltas disciplinares médias, passíveis de registros e descontos na nota anual de avaliação disciplinar: ter pouco cuidado com o asseio próprio e com sua apresentação individual; deixar de usar, ou usar de maneira irregular, peças de uniforme; apresentar-se com uniforme diferente do que foi previamente estabelecido para cada dia da semana. Já cabelo fora do padrão, usar camiseta fora da calça, meias e sapatos fora do padrão, são consideradas faltas leves.

Como a avaliação disciplinar anual dos estudantes incide sobre o direito a matrícula no ano seguinte, essa é uma regra de classificação que envolve disciplina, mas também condições financeiras. O estudante 9 deixou transparecer uma visão mais ampla de sociedade, ele se remeteu às condições concretas de formação do indivíduo que podem levá-lo ao mundo do crime.

Para a psicologia histórico-cultural o indivíduo é a síntese das múltiplas determinações sociais e, por isso, podemos dizer que ele é um resultado, um produto de relações sociais. O indivíduo é um ser ativo, pensante, que percebe o mundo objetivo, faz constantes análises e reflexos, e a partir dessas constantes análises forma sua personalidade, domina e desenvolve suas funções psíquicas, o que o auxilia na compreensão do mundo e de si próprio.

As expressões de violência na escola, de uso de drogas estão diretamente relacionadas à falta de perspectiva socioeconômica dos jovens e adolescentes, ao convívio com essas atividades em família e/ou na comunidade em que moram, ao processo discriminatório que os atinge frequentemente pelas suas condições de moradores daquela comunidade específica, pela cor da pele, por serem de estratos sociais considerados “inferiores”, por não se enquadrarem no padrão de “bom” comportamento, moralmente aceito, entre outros.

Na escola pesquisada, as normas apresentadas como “bom” comportamento exigem uma padronização que anula a expressão das particularidades do indivíduo, conforme já exposto na fala do Estudante 4. Existe uma padronização de adereços, de postura, de cortes de cabelo, de formas de amarrar o cabelo, de uso de cores em maquiagens, unhas e cabelos, o que o leva à compreensão de que quaisquer escolhas fora do padrão são consideradas “mau comportamento”. Usar um corte de cabelo diferente ou uma cor de cabelo fora das normas preestabelecidas pela escola, é considerado “mau” comportamento.

As práticas sociais e culturais que encontravam suas expressões na escola passam a ser anuladas, colocadas como elementos do mesmo pacote da violência e das drogas. As expressões da pluralidade de ideias, defendidas constitucionalmente, caminham para sua eliminação nas escolas militarizadas.

Fizemos um levantamento dos últimos dois anos em relação ao número de alunos matriculados, evadidos e transferidos da escola militarizada pesquisada e comparamos com uma outra escola de Rondônia que também atende estudantes da periferia, que chamaremos de escola regular. Apresentamos os dados dos últimos dois anos apenas de uma escola porque foi o período de transformação da escola pública estadual em militarizada. Os resultados seguem no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Relatório de estudantes do Ensino Médio

	Escola regular			Escola militarizada			Escola militarizada		
	2018			2018			2017		
<b>Total de matriculados</b>	860			181			232		
<b>Total de transferidos</b>	120	-	14%	34	-	19%	50	-	22%
<b>Reprovados/retidos</b>	89	-	10%	11	-	6%	16	-	7%
<b>Total de evadidos/desligados</b>	192	-	22%	11	-	6%	29	-	13%

Fonte: Organizado pela autora a partir do sistema de diário eletrônico das escolas, disponibilizado em março de 2019.

Na escola militarizada, as taxas percentuais de reprovados/retidos e a taxa de evadidos/desligados são menores que da escola regular, já a taxa de transferidos é maior. A partir do processo de militarização, em 2017, a taxa de transferência girou em torno de 22%, em 2018 caiu para 19%, mas ainda assim continua alta se comparada a outra escola, que foi de 14%. Muitas transferências não aparecem nesses dados porque não ocorreram durante o semestre letivo, os alunos concluíram o ano letivo e depois mudaram para outra escola. Hoje o Ensino Médio é ofertado em um único período diurno, o período noturno foi extinto e, com isso, os estudantes que trabalham durante o dia foram para outras escolas.

Os estudantes que permaneceram foram os que tiveram condições concretas para isso, são os que podem estudar durante o dia, no único horário ofertado pela escola, são os que têm condições de ter os uniformes e mantê-los limpos, incluindo as meias brancas e as calças vincadas, os cabelos e barbas bem aparados, e os que se adaptam às regras de comportamento exigidas.

Ao serem questionados se existe alguma norma/regra diferente que foi implantada com a militarização na escola e que eles consideram desnecessária, o Estudante 9 destacou o corte de cabelo, conforme aparece nas falas abaixo.

O cabelo. (Estudante 9).

Mas esse é o regime, é para ser uma escola diferente, não é para ser comum. Temos que ser diferente. (Estudante 4).

E o que o seu cabelo vai interferir no seu estudo? Você vai mudar por causa do seu cabelo? Vai ficar mais “burro”? Ou mais inteligente? Você vai raspar a barba e ficar mais “burro”? (Estudante 9).

Mas fica muito mais... muito mais.... padrão, mais top. (Estudante 5).

É desnecessário. (Estudante 9).

É porque esse é o diferencial da escola. (Estudante 4).

A escola militar é uma das melhores escolas do Brasil. (Estudante 5).

É muito pertinente o questionamento do estudante 9; vários alunos acenam concordando com ele de que a forma do cabelo não interfere na aprendizagem. Já os estudantes 4 e 5 se demonstraram, durante toda a oficina, muito defensores e admiradores da militarização, em todos os aspectos. Inclusive usam uniformes diferenciados por terem passado por um

processo seletivo interno e possuírem determinadas responsabilidades de fiscalização dos demais alunos; são considerados com um grau de hierarquia superior em relação aos outros estudantes.

Todos os participantes, mesmo o que considerou a regra do cabelo desnecessária, demonstraram satisfação pela mudança, sentem-se beneficiados com a militarização. Na visão do Estudante 5, essa escola ajuda para entrar no mercado de trabalho, durante os estudos e após terminar o EM. Ele complementa relatando sobre um processo seletivo do qual participou para ser estagiário, disse que foi elogiado por estudar nessa escola e que dos 10 selecionados para a entrevistas apenas ele e outro também aluno dessa escola foram aprovados.

Alguns estudantes concordam que a escola militarizada ajuda para o mercado de trabalho, principalmente devido às regras. Eles alertam sobre pontos importantes em suas falas.

Não é que ajuda, a disciplina todos deveriam ter, mas na escola militar eles cobram, então... É crucial, as regras realmente são seguidas. (Estudante 4).

O que eles querem no mercado de trabalho? Pessoas que fazem o que eles querem, não o que você vive. (Estudante 9).

Ajuda para o mercado de trabalho, mas para qual mercado de trabalho esses estudantes estão sendo preparados? A fala do estudante 9 destaca muito bem que estão sendo preparados para um mercado de trabalho que exige obediência e disciplina, alguém que saiba cumprir regras; estão sendo preparados para cargos de subordinação.

O desenvolvimento intelectual do adolescente é considerado, por Vygotski (1996), um quadro integral único em que todas as funções estão conectadas a um centro que seria a formação de conceitos. Ao desenvolver a capacidade de pensar por conceitos, se desenvolve também outras funções consideradas superiores, como a percepção, a memória lógica e a atenção voluntária.

Ao serem possibilitadas as mais variadas apropriações, cada vez mais complexas, mais se impulsiona o desenvolvimento das capacidades. Contrariamente, priorizar regras de obediência e disciplina pode limitar o desenvolvimento das funções, o que influenciaria no desenvolvimento de conceitos e nas condições de visão de mundo desses adolescentes. À medida que a escola amplia o acesso a conhecimentos científicos, às artes e à filosofia, facilita o desenvolvimento das funções superiores e da formação para a emancipação humana.

Caberia a escola, não um preparo exclusivo para o mercado de trabalho e sim dar condições de desenvolvimento psíquico, porque com elas se ampliam as visões mais aprofundadas e leituras mais críticas de mundo e, se possibilita conjuntamente o acesso às mais diversas áreas de atuação profissional, e não apenas às áreas que se limitem a obediência e disciplina. Além disso, essa tarefa não deveria se restringir à sala de aula, deveria ocorrer em todos os espaços da escola.

Durante a oficina, os estudantes deixaram transparecer a admiração e o gosto por alguns professores que possuem muito conhecimento em sua área e na visão de mundo ao relacionar os assuntos estudados na disciplina que ministram; com visões críticas da realidade, também valorizaram a aprendizagem. Podemos ver que eles possuem interesse e valorizam os conhecimentos científicos, a filosofia e uma leitura crítica de mundo.

Ainda que com algumas críticas por parte dos alunos, com a militarização, a escola passou a ser mais “bem vista”, os alunos deixaram claro a satisfação pela mudança positiva na avaliação social da escola. Se tornou um orgulho para eles se apresentar como aluno de escola militarizada e acreditam inclusive serem invejados.

Mas assim, a escola militar em si influencia muito, antes de ser militarizada ninguém queria vir para cá, que aqui só tinha meninas bem..., só tinha gente “se pegando” aqui na escola... Todo mundo olhava torto “nossa, você estuda naquela escola!” Agora é diferente, eles têm um olhar totalmente diferente, até os menores, os da creche, eles se espelham na gente, querem entrar aqui, falo isso porque vejo meu irmão. Eles veem a gente fazendo ordem unida, eles querem, eles passam aqui na frente. Às vezes eu passo na rua e tem uns menininhos brincando de ordem unida. (Estudante 1).

Acho que até um... como se fala... “um trombadinha”, alguém que gosta de fumar, que faz coisa errada, vê um pelotão, um agrupamento, um monte de pessoa marchando todos juntos, eles vão ficar “Olha! Que legal!”. (Estudante 5)

Alguns casos de violência, de uso de drogas e de atitudes luxuriosas, ocorridos na escola, ficaram conhecidos publicamente e se criou um certo preconceito, além do fato de estar localizada em um bairro considerado de vulnerabilidade social. Na percepção desses estudantes, que enfrentavam preconceitos, a militarização foi bem aceita e aprovada, somada a uma ampliação das perspectivas socioeconômicas.

Todos os dias, na entrada e na saída, os estudantes ficam em formação, fazem o que chamam de ordem unida; caso tenham alguma aula vaga devido a falta de professores, consta no regulamento que devem ficar treinando a ordem unida. Ao comentarem sobre isso, foram questionados sobre a opinião deles em relação a essa atividade que é tão constante na escola. Apenas um estudante disse não gostar, os demais concordaram que gostam da atividade ou que já estão acostumados e é indiferente para eles.

Inclusive durante uma conversa sobre a criatividade na escola, eles comentaram que para fazer ordem unida é preciso criatividade, que precisam manter um padrão e a partir dele criar coreografias para marchar. Comentaram que até mesmo em horários em que não é obrigatório fazer as marchas, tem alunos fazendo, e o maior motivador disso foi a

criação de uma competição em que todas as turmas participaram.

Para as crianças e os adolescentes as atividades de jogos, de competição, de trabalho em grupos, costumam ser bem recebidas porque possuem dinamicidade e permitem contato direto com os pares, especialmente na adolescência. De acordo com Elkonin (1961), na adolescência a atividade de estudo e a relação com os pares, são a forma pela qual os indivíduos desenvolvem suas funções superiores e formam sua personalidade.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Para o presente trabalho, partimos da visão projetada no decorrer da pesquisa de doutoramento, e buscamos apresentar especificamente os dados coletados durante uma oficina de debate com estudantes do Ensino Médio de uma escola estadual de Rondônia que passou pelo processo de militarização. O objetivo foi analisar as percepções desses estudantes acerca da transformação na escola que frequentam.

A psicologia histórico-cultural foi o suporte teórico de análise dessas percepções, o que auxiliou uma leitura mais ampla da realidade, nos fez perceber as contradições que emergem desse processo de militarização de escolas públicas. Pelas falas registradas, foi possível verificar algumas alterações relacionadas aos professores, aos estudantes e à organização geral da escola.

Nelas, evidenciamos algumas contradições como: maior cobrança dos professores versus manutenção dos problemas de falta de professores, ampliação da segurança e melhoria no comportamento dos alunos versus exclusão dos alunos que não se adaptam, ampliação da perspectiva socioeconômica versus limitação das expressões culturais e da emancipação humana.

Pela percepção dos estudantes, a escola melhorou com a militarização, agora eles não sofrem mais preconceito pelo local em que estudam, as perspectivas de conseguir entrar no mercado de trabalho se ampliaram e se sentem mais seguros. Com relação aos professores foram poucas as alterações percebidas, apenas alguns casos pontuais que indicam um aumento na cobrança de tais professores. Por outro lado, houve manutenção dos problemas com falta de professores, principalmente formados na área específica da disciplina que ministram.

Referente aos estudantes e à organização geral, ficou evidente a seletividade/classificação. A escola que antes era motivo de preconceito e discriminação social, com a militarização se tornou motivo de orgulho para eles. Isso se deve principalmente à classificação do público atendido. Os estudantes vêm dos mais diversos pontos da cidade, só permanecem na escola aqueles que possuem condições financeiras para manter os uniformes limpos e vincados, cabelo e barba bem aparados e, principalmente, aqueles que alcançam a nota de bom comportamento. Diante da seletividade do público atendido, caminha-se necessariamente para uma melhora nas avaliações oficiais.

As expressões culturais que estavam presentes nos estudantes foram neutralizadas, agora se faz ordem unida, se mantém uma padronização de regras e obediência, de aparência e postura. Concordamos que as regras são necessárias na escola assim como em qualquer lugar, que o uso de drogas, as atitudes luxuriosas e a violência devem ser combatidas no ambiente escolar, tal qual em qualquer espaço público. O que nos causa estranheza é o excesso com que são exigidas essas regras na escola e por pessoas sem formação na área.

A formação do militar, por melhor que seja, não é voltada para a educação, cada profissão possui suas especificidades e estudos direcionados. Quando um estudante diz que o cabelo não vai interferir na aprendizagem, é um exemplo claro que as exigências exageradas não vão melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Ao contrário da padronização exigida e das expressões culturais neutralizadas, o acesso a pluralidade de ideias e cultura impulsiona o desenvolvimento psíquico e amplia as possibilidades de compreensão do mundo; isso não deve ficar restrito ao interior das salas de aulas, precisa estar vivo na escola. Isso não pode ser considerado mau comportamento.

O direcionamento para a ampliação desse formato de escola foi reforçado no início do ano com o Decreto nº 9.465, de 02/01/2019, ao instituir a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. No decreto são apresentadas, Art. 16, as competências da subsecretaria, o que nos dá a dimensão de suas pretensões.

A implantação de escolas cívico-militares se propõe atender escolas localizadas em bairros periféricos, com altos índices de violência e transformá-las em escolas de alto nível. O referido alto nível não está apenas relacionado à parte cognitiva, às aprendizagens, mas também aos comportamentos, aos valores cívicos, às aparências. Esse é o projeto de educação que vem sendo estruturado nacionalmente, sem manifestações contrárias significativas por parte da comunidade, dos professores e seus sindicatos, e que precisa ser mais bem estudado e debatido.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 9.465**, de 02 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília: DOU, 02.01.2019. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ELKONIN, D. B. Desarrollo Psíquico de los Escolares. In: Smirnov, A. A. (Redactor Jefe). Leontiev, A. N.; Tieplov, B. M. (Orgs.). **Psicología**. Havana, Cuba: Imprensa Nacional de Cuba, 1961. p. 553-559.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Buenos Aires, AG: Ciências del Hombre, 1978.

RONDÔNIA. Governo do Estado. **Decreto nº 4.878**, de 27 de novembro de 1990. Cria, na sede do Município de Porto Velho, o Colégio "Tiradentes da Polícia Militar". Porto Velho: DOE, 29.11. 1990. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D4878.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Decreto nº 21.968**, de 22 de maio de 2017. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, que especifica e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 22.05.2017. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D21968.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Decreto nº 21.977**, de 23 de maio de 2017. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, que especifica e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 23.05.2017. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D21977.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Decreto nº 22.135**, de 25 de julho de 2017. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, que especifica e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 15.07.2017. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D22135.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Lei nº 3.161**, de 27 de agosto de 2013. Regulamenta o artigo 22, Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia, dispendo sobre o Colégio Tiradentes da Polícia Militar e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 27.08.2013. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3161.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Lei nº 4.058**, de 15 de maio de 2017. Autoriza a criação de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 15.05.2017. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4058.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Projeto de Lei nº 649**, de 2 de maio de 2017. Autoriza a criação de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 02.05.2017. Disponível em: <[https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2017/12932/12932\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2017/12932/12932_texto_integral.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SOCOLOV, A. N. La percepción. In: Smirnov, A. A. (Redactor Jefe). Leontiev, A. N.; Tieplov, B. M. (Orgs.). **Psicología**. Havana, Cuba: Imprensa Nacional de Cuba, 1961. p. 144-176.

YGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Madrid, ES: Visor Distribuciones, 1996. (Tomo IV).

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência**: homicídios por armas de fogo, 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); FLACSO Brasil, 2016. 110 p. Disponível em: <[http://juventude.gov.br/articles/0019/7275/livro\\_02\\_de\\_Fevereiro\\_de\\_2017\\_atualizado\\_vers\\_o\\_online\\_pdf.pdf](http://juventude.gov.br/articles/0019/7275/livro_02_de_Fevereiro_de_2017_atualizado_vers_o_online_pdf.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2019.